

Licenciatura

2016-2017

DISCIPLINA – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

4º ANO – TURMA DE DIA

PROFESSORA REGENTE – ANA MARIA GUERRA MARTINS

INTRODUÇÃO

- 1. O OBJETO DE ESTUDO: O DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS**
- 2. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS**
 - 2.1. Direitos do Homem ou Direitos Humanos?
 - 2.2. DIDH ou Direito Internacional da Pessoa Humana?
- 3. QUESTÕES DOUTRINÁRIAS E TEÓRICAS**
 - 3.1. Os direitos humanos como questão filosófica e política
 - 3.2. Os direitos humanos como questão jurídica
- 4. A PROTEÇÃO MULTINÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS**
- 5. A METODOLOGIA**
- 6. O PLANO**

PARTE I

O DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS: ENQUADRAMENTO E DOGMÁTICA GERAL

Capítulo I – A evolução da proteção jurídica dos direitos humanos

- 7. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DO SER HUMANO**
 - 7.1. Antecedentes remotos
 - 7.2. Da *Magna Charta* ao constitucionalismo novecentista
 - 7.3. Entre as I e II Guerras Mundiais

7.4. A modernidade do pós II Guerra Mundial

Capítulo II – Conceito, tipologia e deveres correlatos dos direitos humanos

8. O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

- 8.1. Direitos humanos e direitos fundamentais
- 8.2. Direitos humanos e outras situações internacionalmente protegidas
- 8.3. Conceito adotado

9. A TIPOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS

- 9.1. Direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais
- 9.2. Direitos dos indivíduos e direitos de grupos
- 9.3. Direitos intangíveis e direitos não intangíveis
- 9.4. A crise da categorização dos direitos humanos

10. OS DEVERES CORRELATOS E OS SEUS TITULARES

- 10.1. *Respeitar, proteger, realizar*
- 10.2. O Estado e os poderes públicos
- 10.3. Entidades privadas (*non-state actors*)
- 10.4. Organizações internacionais
- 10.5. Outros sujeitos

11. A DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO ÚLTIMO DOS DIREITOS HUMANOS NOS DIVERSOS NÍVEIS DA PROTEÇÃO

- 11.1. As dificuldades inerentes ao conceito
- 11.2. As origens do conceito na filosofia, na religião e na teologia
- 11.3. A dignidade humana no Estado de Direito
- 11.4. A dignidade humana na ciência jurídica
 - 11.4.1. Direito Constitucional
 - 11.4.2. Direito Internacional
- 11.5. A dignidade humana como princípio jurídico universal

Capítulo III – As especificidades, autonomia e princípios fundamentais

12. AS ESPECIFICIDADES DO DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

- 12.1. As especificidades das convenções de proteção internacional do ser humano
 - 12.1.1. Quanto à interpretação
 - 12.1.2. Quanto ao âmbito da vinculação jurídica
 - 12.1.3. Quanto ao grau de vinculatividade e às obrigações impostas aos Estado
 - 12.1.4. Quanto à coexistência e esforço de coordenação
- 12.2. As especificidades do costume internacional
- 12.3. A importância dos princípios gerais de direito
- 12.4. A jurisprudência e a doutrina
- 12.5. Outras fontes – em especial, o *soft law*
- 12.6. A hierarquia das fontes de DIEDH – a relevância do *jus cogens*

13. A AUTONOMIA DO DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

- 13.1. A irrelevância do princípio da reciprocidade
- 13.2. A não exclusividade da competência nacional
- 13.3. A relativização do princípio da não ingerência nos assuntos internos
- 13.4. A emergência de um princípio da irreversibilidade dos compromissos dos Estados em matéria de direitos humanos
- 13.5. A questão do *jus cogens* em DIEDH
- 13.6. A perspetiva universalista

14. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIEDH

- 14.1. A implementação variável
- 14.2. A indesejabilidade das reservas
- 14.3. A excecionalidade das limitações e revogações
- 14.4. A não desvinculação
- 14.5. A legitimidade ampliada
- 14.6. A irrelevância da nacionalidade
- 14.7. A jurisdição
- 14.8. A indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos
- 14.9. A hierarquização de direitos

Capítulo IV – As relações do Direito Internacional e Europeu dos Direitos Humanos com a Ordem Jurídica portuguesa

15. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO ESTADUAL

- 15.1. Aspetos gerais
- 15.2. A tutela dos direitos humanos internacionalmente protegidos no Direito interno português
- 15.3. A receção do DIDH no Direito Português
 - 15.3.1. O DI consuetudinário universal e regional
 - 15.3.2. O DI convencional
 - 15.3.3. O Direito das Organizações Internacionais
 - 15.3.4. O Direito da União Europeia
- 15.4. O grau de prevalência do DIDH na ordem interna portuguesa
 - 15.4.1. O princípio da amizade da CRP ao DIDH
 - 15.4.2. O primado absoluto das normas de DIDH que fazem parte do *jus cogens*
 - 15.4.3. O grau de primado das outras normas de DIDH
 - 15.4.3.1. O DIDH consuetudinário geral
 - 15.4.3.2. O DIDH Convencional

Capítulo V – A proteção dos direitos fundamentais na União Europeia e sua ligação com a CEDH

16. REMISSÃO PARA A UNIDADE CURRICULAR DE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

17. A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DA CEDH COM O SISTEMA DA UNIÃO EUROPEIA

- 17.1. Os possíveis conflitos
- 17.2. A busca da necessária concordância
- 17.3. A adesão da União Europeia à CEDH

- 17.4. O parecer 2/13 do Tribunal de Justiça da União Europeia

PARTE II

O REGIME JUS-INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo VI – Regime comum aos direitos humanos

- 18.** DIREITOS E SITUAÇÕES COMPLEXAS (ambiente, qualidade de vida, democracia, desenvolvimento, etc.)
- 19.** REGIME JURÍDICO DAS RESTRIÇÕES E DERROGAÇÕES
- 20.** PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
- 21.** IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
- 21.1. A igualdade formal e a igualdade material
 - 21.2. A discriminação direta e indireta
 - 21.3. A discriminação negativa e positiva
 - 21.4. O assédio, as instruções à discriminação e a proibição da retaliação ou vitimização
 - 21.5. As categorias suspeitas de discriminação
- 22.** PRINCÍPIO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA

Capítulo VII – Os direitos humanos

- 23.** A INTEGRIDADE DA PESSOA
- 23.1. O direito à vida
 - 23.2. O direito a não ser torturado e a não ser sujeito a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes
 - 23.3. O direito a não ser tornado escravo, servo ou obrigado a trabalho forçado e obrigatório
- 24.** AS LIBERDADES DA PESSOA HUMANA
- 24.1. O direito à liberdade e à segurança
 - 24.2. A liberdade de pensamento, de consciência e de religião
 - 24.3. A liberdade de expressão e de reunião
 - 24.4. O direito a eleições livres
 - 24.5. A liberdade de circulação
 - 24.6. A proibição de expulsão de nacionais
 - 24.7. Proteção de dados pessoais
 - 24.8. Liberdade de expressão e de informação
- 25.** OS DIREITOS RELATIVOS AO PROCESSO
- 25.1. O direito à não retroatividade da lei penal
 - 25.2. O princípio da legalidade dos crimes e das penas
 - 25.3. O direito de acesso aos tribunais
 - 25.4. O direito a um processo equitativo
 - 25.5. O direito a um duplo grau de jurisdição em matéria penal

- 25.6. O direito a indemnização em caso de erro judiciário
- 25.7. A proibição da prisão por dívidas

26. ESTRANGEIROS E MIGRANTES

- 26.1. A proibição de expulsão coletiva de estrangeiros
- 26.2. As garantias processuais em caso de expulsão de estrangeiros
- 26.3. As restrições à atividade política dos estrangeiros
- 26.4. O direito de asilo
- 26.5. A proteção em caso de afastamento, expulsão ou extradição

27. PRIVACIDADE E FAMÍLIA

- 27.1. O direito ao respeito da vida privada, familiar, domicílio e correspondência
- 27.2. O direito ao casamento
- 27.3. O princípio da igualdade entre os cônjuges

28. PROPRIEDADE

- 28.1. O direito de propriedade
- 28.2. Proibição do confisco

29. TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

- 29.1. A liberdade profissional e direito a trabalhar
- 29.2. O direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa
- 29.3. O direito de negociação e de ação coletiva
- 29.4. O direito de acesso aos serviços de emprego
- 29.5. Proteção em caso de despedimento sem causa justa
- 29.6. Condições de trabalho justas e equitativas
- 29.7. Proibição do trabalho infantil e proteção dos jovens
- 29.8. Vida família e vida profissional
- 29.9. Segurança social e assistência social
- 29.10. Acesso a serviços de interesse económico geral
- 29.11. Defesa dos consumidores

30. EDUCAÇÃO

- 30.1. O direito à instrução

31. ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO E SAÚDE

- 31.1. O direito à alimentação
- 31.2. O direito à água
- 31.3. O direito à habitação
- 31.4. O direito à saúde

32. DIREITOS E LIBERDADES CULTURAIS

- 32.1. A liberdade das artes e das ciências
- 32.2. A liberdade de imprensa

32.3. Diversidade cultural, religiosa e linguística

PARTE III

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo VIII – Sistemas de proteção internacional dos direitos humanos: conceitos fundamentais

33. OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SUPRANACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

- 33.1. Generalidades
- 33.2. Sistemas universais e sistemas regionais
- 33.3. Sistemas judiciais e sistemas não judiciais
- 33.4. Sistemas de jurisdição imperativa e sistemas de jurisdição facultativa
- 33.5. A questão do acesso direto dos indivíduos aos sistemas de proteção

Capítulo IX – O nível universal das Nações Unidas

34. OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO

- 34.1. Os mecanismos convencionais de controlo
 - 34.1.1. Os relatórios periódicos
 - 34.1.2. As comunicações entre Estados
 - 34.1.3. As comunicações individuais
 - 34.1.4. A investigação confidencial e as visitas periódicas
- 34.2. Os mecanismos extra convencionais de controlo

35. EM ESPECIAL, O PAPEL DO TIJ

Capítulo X – O nível regional da CEDH

36. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO DA CEDH

- 36.1. O Conselho da Europa e a sua estrutura
- 36.2. De um sistema originário misto
- 36.3. A um sistema jurisdicional – os protocolos n.ºs 11 e 14

37. O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

- 37.1. Composição, estrutura e funcionamento
- 37.2. A competência
 - 37.2.1. Competência contenciosa
 - 37.2.2. Competência consultiva
- 37.3. A iniciativa (competência *ratione personae*)
 - 37.3.1. Os assuntos interestaduais
 - 37.3.2. As petições individuais
 - 37.3.3. (cont.) Condições de admissibilidade

- 37.3.3.1. Pressupostos (esgotamento dos meios internos)
- 37.3.3.2. Requisitos específicos
- 37.3.3.3. Prazos
- 37.4. Marcha do processo perante o TEDH
- 37.5. O julgamento sobre o fundo da questão
 - 37.5.1. Decisões declarativas vs. decisões condenatórias
 - 37.5.2. Medidas compensatórias
 - 37.5.3. A definitividade das decisões
 - 37.5.4. Revisão e esclarecimento
- 37.6. Os efeitos das decisões e a sua execução
- 37.7. Medidas cautelares
- 37.8. O julgamento piloto

38. O FUTURO DIÁLOGO ENTRE O TEDH COM OS TRIBUNAIS SUPERIORES NACIONAIS PROTOCOLO N.º 16

BIBLIOGRAFIA DE APOIO À UNIDADE CURRICULAR

A) BIBLIOGRAFIA GERAL DE DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

- BANTEKAS, ELIAS / OETTE, LUTZ – *International Human Rights Law and Practice*, 2.ª ed., Cambridge, Cambridge Univ. Press, 2016.
- BLANC ALTEMIR, ANTONIO (Ed.) – *La protección internacional de los derechos humanos a los cincuenta años de la Declaración Universal*, Madrid, Tecnos, 2001.
- BOU FRANCH, VALENTIN / DAUDÍ CASTILLO, MIREYA – *Curso de Derecho Internacional de los Derechos Humanos*, Valencia, Tirant lo blanch, 2010.
- CANÇADO TRINDADE, ANTONIO A. – *El acceso directo del individuo a los Tribunales Internacionales de derechos humanos*, Bilbao, Universidad de Deusto, 2001.
- CANÇADO TRINDADE, ANTONIO A. – *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, 2ª ed., 2003, vol. II, 1ª ed, 1999, vol. III, 2ª ed., 2003, Porto Alegre, Sérgio António Fabris Editor.
- CARRILO SALCEDO, JUAN ANTONIO – *Soberanía de los Estados y derechos humanos en derecho internacional contemporáneo*, 2ª ed., Madrid, Tecnos, 2001.
- DE CASADEVANTE ROMANI, CARLOS FERNÁNDEZ (coord.) – *Derecho Internacional de los Derechos Humanos*, 4.ª ed.. Madrid, Dilex, 2013.
- DE SCHUTTER, OLIVIER – *International Human Rights Law – Cases, Materials, Commentary*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.
- ERGEC, RUSEN – *Protection européenne et internationale des Droits de l'Homme*, 3ª ed., Bruxelas, Bruylant, 2014.

- FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, PABLO ANTONIO (Ed.) – *La Desprotección internacional de los derechos humanos (a la luz del 50 aniversario de la Declaración de los Derechos Humanos)*, Huelva, Universidad de Huelva, 1998.
- GÓMEZ ISA, FELIPE (DIR.) / PUREZA, JOSÉ MANUEL – *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*, Bilbao, Universidad de Deusto, 2003.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2006.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – “Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law”, *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 2015, vol. 22, n.º 5, p. 678-705.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, *Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law*, vol. 71, n.º 1, 2016, p. 27-57.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – “O Parecer n.º 2/13 do Tribunal de Justiça relativo à compatibilidade do projeto de acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Marcelo Rebelo de Sousa / Eduardo Vera-Cruz Pinto (coordenadores), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 97-129.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – *Estudos de Direito Europeu e Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2005.
- MOECKLI, DANIEL / SANGEETA SHAH – *International Human Rights Law*, 2.ª ed., Oxford, OUP, 2014.
- REHMAN, JAVAID – *International Human Rights Law*, 2.ª ed., Harlow, Pearson Education, 2015.
- SHELTON, DINAH – *The Oxford Handbook of International Human Rights Law*, Oxford, Oxford University Press, 2015.
- SMITH, RHONA K. M. – *Textbook on International Human Rights*, 7.ª ed., Oxford, Oxford University Press, 2015.
- ALSTON, PHILIP / GOODMAN, RYAN – *International Human Rights*, Oxford, Oxford University Press, 2012.
- SUDRE, FREDERIC – *Droit international et européen des droits de l’homme*, 13.ª ed., Paris, Puf, 2016.
- VILLÁN DURÁN, CARLOS – *Curso de Derecho Internacional de los Derechos Humanos*, Madrid, Editorial Trotta, 2002.

B) **BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE O CONSELHO DA EUROPA**

- AKANDJI-KOMBE, JEAN-FRANÇOIS / LECLERC, STEPHANE – *La Charte sociale européenne*, Bruxelles, Bruylant, 2001.

- CABRAL BARRETO, IRINEU – *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Anotada*, 4.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011.
- EHLERS, DIRK (org.) – *European Fundamental Rights and Freedoms*, Berlim, De Gruyter, 2011.
- GRABENWARTER, CHRISTOPH / CATHARINA PABEL – *Europäische Menschenrechtskonvention*, 6.ª ed., Munique, Beck, 2016.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – *A igualdade e a não discriminação dos nacionais de Estados terceiros legalmente residentes na União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2011.
- GUERRA MARTINS, ANA MARIA – *L'accès à la justice - l'application de la Convention européenne des droits de l'homme au Portugal*, EPLR/REDP, 2001, p. 567 e ss.
- JANIS, MARK W. / KAY, RICHARD S. / BRADLEY, ANTHONY W. – *European Human Rights Law – Text and Materials*, 3.ª ed., Oxford, Oxford University Press, 2008.
- MOWBRAY, ALASTAIR / HARRIS, DAVID – *Cases and Materials on the European Convention on Human Rights*, 3.ª ed., Oxford, OUP, 2012.
- PETTITI, LOUIS-EDMOND / DECAUX, EMMANUEL / IMBERT, PIERRE-HENRI – *La Convention européenne des droits de l'homme. Commentaire article par article*, 2.ª ed., Paris, Economica, 1999.
- RENUCCI, JEAN-FRANÇOIS – *Droit Européen des Droits de l'Homme*, 6.ª ed. Paris, LGDJ, 2015.
- SCHILLING, THEODOR – *Internationaler Menschenrechtsschutz*, 3.ª ed., Tübingen, Mohr Siebeck, 2016.
- SUDRE, FREDERIC e outros – *Les grands arrêts de la Cour européenne des Droits de l'Homme*, 7.ª ed., Paris, puf, 2015.

C) RECORDATÓRIA: BIBLIOGRAFIA GERAL DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

• Em português

- ALMEIDA RIBEIRO, MANUEL / PEREIRA COUTINHO, FRANCISCO – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- CORREIA BAPTISTA, EDUARDO – *Direito Internacional Público – Conceito e fontes*, vol. I, Lisboa, Lex, 1998 e Vol. II – *Sujeitos e responsabilidade*, Lisboa, Almedina, 2004.
- DUARTE, MARIA LUÍSA – *Direito Internacional Público e a ordem jurídica global do séc. XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
- GONÇALVES PEREIRA, ANDRÉ / DE QUADROS, FAUSTO – *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1993.
- MACHADO, JÓNATAS E. M. – *Direito Internacional – Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- MIRANDA, JORGE – *Curso de Direito Internacional Público I*, 6.ª ed., Lisboa, Principia, 2016.

-

- **Em inglês**

- BROWNLIE, IAN – *Principles of Public International Law*, 7ª ed., Oxford, 2008.
- EVANS, MALCOLM D. (ed.) – *International Law*, 4.ª ed., Oxford, Oxford Univ. Press, 2014.
- KLABBERS, JAN – *International Law*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 2013.
- SHAW, MALCOLM S. – *International Law*, 7.ª ed., Cambridge, Cambridge Univ. Press, 2014.

- **Em francês**

- COMBACAU, JEAN / SUR, SERGE – *Droit International Public*, 12ª ed., Paris, LGDJ, 2016.
- DUPUY, PIERRE-MARIE / YANN KERBRAT – *Droit International Public*, 13ª ed., Paris, Dalloz, 2016.
- QUOC DINH, NGUYEN / DAILLIER, PATRICK / FORTEAU, MATHIAS / PELLET, ALAIN – *Droit International Public*, 8.ª ed, Paris, LGDJ, 2009.

- **Em espanhol**

- DIEZ DE VELASCO, MANUEL / ESCOBAR HERNANDEZ, CONCEPCIÓN – *Instituciones de Derecho Internacional*, 18.ª ed., Tecnos, Madrid, 2013.
- PASTOR RIDRUEJO, JOSÉ A. – *Curso de Derecho Internacional Publico y Organizaciones Internacionales*, 20ª ed., Madrid, Tecnos, 2016.
- TRUYOL Y SERRA, ANTONIO – *Historia del Derecho Internacional Público*, Madrid, Tecnos, 1998.